

O trabalho do/a Assistente no Brasil: desafios político-pedagógicos diante de uma conjuntura recessiva e neoconservadora

The work of the Assistant in Brazil: political-pedagogical challenges in the face of a recessive and neoconservative situation

Jane Cruz Prates, Tatiana Reidel e Thiana Orth

Fecha de presentación: 30/04/19

Fecha de aceptación: 02/03/20

Resumen

O presente artigo versa sobre o atual contexto de profundo ataque as instâncias democráticas no Brasil vivenciado pelo conjunto das/dos trabalhadoras/es, onde se incluem a/os assistente sociais, a partir do golpe parlamentar de 2016 e do advento de governos conservadores de direita e ultradireita. Analisa-se o conjunto de determinações que conformam esse cenário recessivo e as repercussões no trabalho da/do assistente social, bem como os desafios para a manutenção de uma direção social crítica que contribua com o desenvolvimento de processos sociais emancipatórios.

Palabras clave

Trabalho, trabalho da/do assistente social, contexto brasileiro, resistências

Abstract

This article is about the current context of a profound attack on democratic instances in Brazil experienced by workers, including social workers, since the parliamentary coup in 2016 and the advent of conservative right and ultra-right governments. It analyzes the set of determinations that builds this recessive scenario and the repercussions on the process of work of the social workers, as well as the challenges for maintain a critical social direction that contributes to the development of emancipatory social processes.

Keywords

Work, work of social worker, brazilian context, resistances.

Introdução

Inicialmente é necessário reconhecer o trabalho como constituinte do ser social, destacando seu caráter ontológico. Para Marx o trabalho em sentido ampliado, se constitui como toda a forma de produção e expressão humana, o homem não só trabalha para transformar a natureza, da qual é parte e para atender suas necessidades materiais e simbólicas, mas também desenvolve seu processo de humanização a partir do trabalho, transforma e se transforma ao produzir. Em razão da potencialidade, portanto, dessa categoria, chama que movimenta o processo de produção criando valor, o capitalismo dela se apropria, alienando o sujeito que produz de diversas formas e em diversos níveis, transformando-o em escravo daquilo que criou.

Na obra *O Capital* (1989) Marx explicita os níveis de alienação e estranhamento do homem que trabalha no modo de produção capitalista em relação ao produto do trabalho, uma vez que nem sempre pode dele usufruir para o atendimento de suas necessidades. Na maioria das vezes o homem não se reconhece naquilo que produziu em relação ao processo de produção, na medida em que não escolhe o que produzir, nem como produzir. O processo de alienação também ocorre na relação do produtor consigo mesmo, considerando que o trabalho, na sociedade capitalista, restringe-se a fardo, desgaste e adoecimento e por fim em relação aos demais produtores, considerando que ao invés de cooperar com seus pares, com eles estabelece uma relação de competição.

Marx já destacava desde suas obras de juventude, o que reitera na obra *O Capital* que, no modo de produção capitalista, os processos que constituem a cadeia produtiva são capturados por aqueles que detêm os meios de produção, de modo que a riqueza socialmente produzida seja centralizada na suas mãos, restando ao trabalhador o estranhamento, a penúria, a pobreza e o adoecimento.

Ao tratar da Lei Geral de Acumulação Capitalista, Marx explicita essa contradição destacando que “quanto maior a produtividade do trabalho, tanto maior a pressão dos trabalhadores sobre os meios de emprego, tanto mais precária, portanto, sua condição de existência, a saber, a venda da própria força para aumentar a riqueza alheia ou a expansão do capital” (1989, p. 748). Logo, afirma o autor (Marx, 1989), ao ampliar-se a magnitude relativa do exército industrial de reserva, em relação ao exercito ativo, em virtude do crescimento da riqueza, tanto maior será o crescimento do pauperismo.

Portanto, o processo de acumulação, ao se efetivar, faz crescer o fosso das desigualdades entre as classes sociais, ou seja, ocorre a acumulação tanto de riqueza quanto de pobreza, o que acaba por restringir a capacidade de consumo das mercadorias produzidas, alimentando as crises (Iamamoto, 2018)

No Manifesto do Partido Comunista, Marx e Engels (2010) já destacavam que as crises são pretextos para ampliar jornadas de trabalho, para intensificação da exploração, diminuição de salários e de direitos.

Por outro lado, esse processo de alienação e estranhamento, com o desenvolvimento do capitalismo, torna-se cada vez mais refinado e sutil, capturando a subjetividade do trabalhador a serviço do capital e reduzindo sua capacidade crítica e organizativa. A chamada *vida just in time* associada a processos cada vez mais intensos de captura da subjetividade e precarização do trabalho não só limitam as possibilidades de resistência dos trabalhadores, como também provocam o seu adoecimento físico e mental (Alves, 2011).

Harvey (apud Iamamoto, 2018) alerta que as políticas anticrise de raiz liberal são parte de um projeto de classe destinado a restaurar e consolidar o poder do capital privatizando lucros e socializando custos.

O ainda recente, governo Jair Bolsonaro no Brasil, é contraprova histórica do que afirma Harvey, considerando que o ônus da crise recai totalmente sobre a classe trabalhadora, com medidas regressivas no âmbito dos direitos e das liberdades democráticas, impondo ao povo brasileiro um retrocesso conservador sem precedentes.

Contudo, para explicar os processos vivenciados no Brasil, nesse momento histórico, é preciso, mesmo que brevemente, pontuar alguns condicionantes históricos. Esse país foi marcado por longos períodos de colonização, escravismo, ditadura e populismo, pelo desenvolvimento de um capitalismo dependente e tardio e um estado de bem estar inconcluso.

Do mesmo modo, a Educação, iniciada por processos de catequização dos povos originários, logrou de um processo tardio de implantação da universidade pelos colonizadores portugueses. Além disso, seu desenvolvimento foi pontuado por reformas verticais, que atenderam interesses particularistas, os quais se sobrepuseram aos interesses e necessidades da população. Desde as origens e por longo período, as políticas sociais implementadas no Brasil foram marcadas pelo favor, tratadas como moeda de troca, marcadas pelo patrimonialismo e o coronelismo. Soma-se a isso a conformação de uma burguesia extremamente conservadora e subalterna ao grande capital internacional, o que acabou por condicionar a constituição de uma sociedade civil frágil, fruto de amplos períodos em que a participação lhe foi negada.

No âmbito do trabalho não é diferente, os processos de subalternização e atraso na garantia de direitos é também uma marca na história brasileira, logo não é possível analisar o trabalho no Brasil, sem considerar o eixo escravista-colonial.

O contexto brasileiro de profundo retrocesso, pós golpe 2016

Em que pesem os avanços obtidos a partir da Constituição de 1988, promulgada no Brasil, após 21 anos de ditadura, entre os quais se destaca a garantia da seguridade social (composta pelo tripé das políticas de saúde, assistência social e previdência social), a década de 1990 foi marcada pela implementação das políticas de recorte neoliberal, que tinham na minimização do estado social e nos processos de privatização sua centralidade.

Os governos Lula e Dilma (2003-2016) reduzem em parte esse ímpeto neoliberal que marcou os dois governos anteriores, mas não de modo radical, uma vez que eram fruto de composições

políticas híbridas, com representantes de partidos de esquerda ,mas também da burguesia e dos oligopólios que historicamente comandaram o país, muitos dos quais ocupando cargos chave e disputam, no centro de governo, ações opostas em termos políticos. Portanto, embora Lula e Dilma tenham obtido alguns avanços na redução das desigualdades, as políticas desenvolvidas em seus governos sempre atenderam ao mesmo tempo aos interesses do capital, ou não teriam sido efetivadas, ou seja, o histórico processo de conciliação entre classes foi mantido no País. (Xavier, Prates e Garcia, 2018).

Contudo, é preciso que se reconheça que essas políticas incidiram de alguma forma sobre as condições materiais de existência da população, em que pese seu caráter contraditório, o que pode ser observado nos dados aportados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Segundo o Instituto, a desigualdade de renda no Brasil caiu continuamente entre 2003 e 2011: a renda dos 10% mais ricos teve um aumento acumulado de 16,6% enquanto a dos mais pobres cresceu 91,2% no período. A inédita redução da desigualdade de renda e não concentração da propriedade e de capital teve como fontes: o trabalho (58%), a previdência (19%) o Programa Bolsa Família (13%) o Benefício de Prestação Continuada (4%). Outras rendas, como alugueis e juros tiveram um crescimento de 6%. Ainda segundo o IPEA, com base na Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD 2011), nas famílias chefiadas por analfabetos a renda subiu 88%, a renda cresceu mais nas comunidades rurais mais pobres (85,5%) contra 40,5% nas metrópoles e 57,7% nas demais cidades. A renda dos que se identificaram como pretos subiu 66,3% e pardos 85,5% contra 47,6% dos brancos (Iamamoto 2018).

Na área da educação, durante os governos populares (2003-2016), foram criadas 18 Universidades Públicas Federais, enquanto nenhuma foi criada no governo anterior (1995-2002), o Decreto 6.096 que instituiu a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI (Brasil, 2007) forneceu recursos importantes para a interiorização da Universidade Pública, permitindo que filhos de trabalhadores não tivessem que se deslocar para grandes centros para estudar. O Programa Universidade para Todos - PROUNI, instituído pela Lei 11.096 (Brasil, 2005) distribuiu 1,2 milhões de bolsas e o Fundo de Financiamento Estudantil - FIES (Brasil, 2001) atendeu, no período, a 1,3 milhões de pessoas com financiamento. Sem dúvida, essas últimas medidas mencionadas, que configuram um processo de mercantilização da educação, são bastante controversas, mas diante do histórico crescimento da Universidade Privada no Brasil, desde os anos 1970, período da ditadura militar, havia necessidade de uma transição para que os estudantes não tivessem o acesso impedido, por longo espaço de tempo, até que fossem criadas as condições objetivas para que essa oferta pudesse ser coberta pela universidade pública. (Prates, 2019)

É bem verdade que as orientações do Banco Mundial - BIRD indicavam a necessidade de formar grandes contingentes de mão de obra trabalhadora especializada. Altmann (2002) destaca que o BIRD defende de forma clara a vinculação entre educação e produtividade, tendo como base uma visão economicista. As reformas educacionais inspiradas nas orientações do Banco Mundial implementadas no governo Fernando Henrique Cardoso entre 1995 Y 2002, tiveram

continuidade nos governos Lula e Dilma. Portanto, o mercado desejava esse processo, cuja multiplicação tem no Ensino à Distância (EAD) seu expoente máximo, modalidade esta também aprovada nos últimos governos populares.

Por outro lado, há de se reconhecer também que durante esses governos, mesmo que de modo insuficiente, houve avanços nas iniciativas relativas à garantia de direitos para as mulheres, para as pessoas com deficiência, idosos, juventudes, população negra, populações em situação de rua e populações LGBTI.

No momento presente, esse cenário sofre uma reversão aguda. Somente para exemplificar a gravidade do processo ressalta-se o corte de recursos e destituição e ou transformação das secretarias responsáveis por políticas direcionadas a esses segmentos sociais, a destituição de conselhos de direitos, além da nomeação de Damares Regina Alves, para O Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. Advogada, educadora e pastora evangélica, a ministra não só defende explicitamente a subalternidade da mulher em relação ao marido, como é contrária a inclusão de estudos sobre gênero no currículo escolar. Em relação á Comissão de Anistia, que analisa pedidos de reparação de vítimas de perseguição política, vinculada a sua pasta, a Ministra, em apenas 4 meses, negou 1381 pedidos e concedeu somente 26 pedidos, por determinação judicial, Estes são apenas alguns exemplos que dão visibilidade ao retrocesso na área de direitos humanos no Brasil, nesse curto período de menos de 1 ano de governo Bolsonaro. (Brandino, 2019).

No que tange a questão do emprego, o que prevalece hoje é o desemprego maciço e prolongado, a informalidade, a terceirização, o trabalho temporário, o subemprego, a grande rotatividade e mais recentemente o trabalho intermitente.

O discurso que buscava justificar a reforma trabalhista, ocorrida no Brasil, ainda durante o governo Temer, em 2017, era o de que a flexibilização acarretaria uma maior oferta de empregos, mas não é o que mostram os dados da Pesquisa nacional de Domicílios –(PNAD). A taxa de desocupação que em 2015 era de 7,9%, em 2016 passa para 10,9 %, em 2017 para 13,7%, em 2018 para 13,1% e hoje é de 12, 7%. De janeiro a março de 2019 cerca de 13,4 milhões de pessoas estavam desempregadas no Brasil, 11, 1 milhões sem carteira de trabalho, 23,8 milhões por conta própria, e 4,8 milhões em situação de desalento (IBGE¹, 2019)

O governo Bolsonaro, assumidamente de direita, vem acompanhado da eleição de conservadores de extrema direita no parlamento e no congresso, sem uma base partidária sólida, elegeu-se sem propostas claras, apenas comprometendo-se a combater a corrupção e valeu-se das redes sociais como principal espaço de campanha, sem debates públicos ou explicitação de compromissos com aqueles que o elegeram. Seu governo é fruto da articulação entre o fundamentalismo, o conservadorismo e o neoliberalismo radical, tem como meta a minimização total do estado social,

¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

a privatização em larga escala e a entrega do patrimônio nacional ao capital estrangeiro, apesar de seu discurso nacionalista. (Prates, 2018)

É parte de seu projeto a flexibilização máxima do trabalho, o desmonte de instâncias organizativas, de direitos sociais, bem como a transformação das políticas públicas em novos nichos de mercado, em especial a educação e a saúde, que já vem sofrendo processos de privatização. Para atrair o capital estrangeiro, não há melhor receita do que trabalho barato e sindicatos fracos. Do mesmo modo, ficam evidenciadas a desvalorização da ciência, da pesquisa e do conhecimento, constantemente atacadas pelo governo Bolsonaro, através de declarações públicas, uma vez que sem pesquisa é mais fácil justificar a entrega do patrimônio nacional. Na mesma direção, verifica-se um processo de desvalorização e destituição das instituições públicas, em especial da Universidade, a criminalização dos servidores públicos, responsabilizados pelo ônus da dívida, a criminalização de movimentos sociais e a afronta direta e explícita sobre a liberdade de pensamento.

São ainda características desse governo e, portanto, da conjuntura sombria onde a/o assistente social materializa seu trabalho no Brasil: o descaso para com a preservação da natureza, o envenenamento por agrotóxicos (mais de 200 novos agrotóxicos foram liberados no Brasil, alguns há muito anos já banidos em outros países), o descaso com as terras e a população indígena, a militarização do governo, os absurdos veiculados por representantes do governo, ministros e pelo próprio presidente em relação aos direitos humanos, a subalternização da mulher, a negação da diversidade humana, a imposição de padrões familiares, religiosos, de pensamento e o ataque as liberdades democráticas.

Enquanto isso, se amplia no país o desemprego estrutural, a precarização e a deterioração da qualidade do trabalho, dos salários e das condições e relações de trabalho, o que se agrava ainda mais se considerarmos recortes de gênero, geração, raça e etnia (Raichelis, 2018).

Segundo o IBGE, em 2018, o rendimento médio recebido pelas mulheres que realizavam atividades similares a dos homens, era de 79,5%. Em relação à população negra, a PNAD 2017 mostra que enquanto o rendimento médio de brancos era de R\$ 2.814,00, a de pardos era de R\$ 1.606,00 e a de pretos R\$ 1.570,00. A taxa de analfabetismo, em 2016, de brancos era de 4,2% enquanto a de pretos e pardos era de 9,9%. Em 2016, 1.835 crianças, de 5 a 7 anos, trabalhavam no Brasil, das quais 35% brancas e 63,8% pretas ou pardas. A taxa de desocupação, em 2017, era de 9,5% para brancos, 14,5% para pardos e 13,6% para pretos (IBGE, 2019).

Como bem destaca Raichelis (2018) as novas formas de acumulação e flexibilização dos mercados, das relações de trabalho e dos direitos expressam a ampla e profunda transformação estrutural do trabalho assalariado, com rebatimentos na materialidade e na subjetividade da classe trabalhadora. Com isso, são experimentamos a perda de direitos e a insegurança do presente e do futuro, o que agrava a fragmentação e a fragilização das estratégias de resistência e de organização coletivas.

As repercussões desse processo no trabalho do assistente social

Todo esse processo tem um impacto direto na questão social, uma vez que a redução da força que representa o trabalho significa menos potencialidade de resistência para enfrentar o capital, como relação social.

Na área dos serviços, onde o Serviço Social se localiza na divisão social e técnica do trabalho, verifica-se a associação entre gerencialismo/ procedimentalismo e empreendedorismo, que se caracteriza não raras vezes como “uberização” do trabalho, além do crédito/ endividamento da população trabalhadora.

São múltiplos os fatores abordados de forma breve até aqui, e cuja articulação é fundamental para que se analisem os desafios postos às/aos trabalhadora/es e às/aos assistentes sociais brasileira/os, em particular, que mostram a complexificação cada vez maior da realidade, conformada pelas refrações da questão social, onde se acentuam desigualdades de toda a ordem e reduzem-se espaços de resistência.

Nesse momento de recrudescimento do conservadorismo no Brasil, não há dúvidas de que uma profissão fundamentada no marxismo; - cuja direção social se pauta na defesa de novas formas de sociabilidade, no direito a diversidade, que luta pela qualidade e universalidade das políticas públicas, pelo acesso as riquezas socialmente produzidas para o conjunto da população, pelas liberdades democráticas e cuja grande maioria de suas/seus trabalhadora/es são mulheres; - terá um solo histórico desfavorável para a materialização de seu trabalho profissional. (Prates, 2019)

O espaço junto às políticas sociais tem se mostrado bem mais restrito, em razão do desmonte e da focalização em curso, tendo em vista a Emenda Constitucional 95/2017, que congela por 20 anos o investimento em despesas correntes para garantir o pagamento da dívida. A redução de recursos humanos em virtude da suspensão de concursos públicos, já anunciada pelo atual governo, irá ampliar o trabalho precário, que atinge não só a/o assistente social, mas o conjunto da/os trabalhadora/es. Destaca-se, nesse contexto, que as políticas de saúde e assistência social empregam aproximadamente 90% das/os assistentes sociais no Brasil. Ademais a tendência de que seja demandado à/ao assistente social o controle e a seleção da pobreza é uma realidade bastante provável, uma vez que as políticas tendem a ser cada vez mais focalizadas. (Prates, 2019)

Já existem sinalizações de que as pesquisas nessa área sofrerão cortes de recursos, porque são consideradas irrelevantes e com direções que não interessam ao pensamento conservador dominante. Declarações do Ministro da Educação e do próprio presidente Bolsonaro, atacam a formação crítica e desvalorizam a importância das Ciências humano-sociais. Suas expressões na mídia e nas redes sociais afirmam que as universidades estão abarrotadas de esquerdistas, comunistas que pretendem banir das universidades federais. Na mesma direção, os processos de formação tendem a ampliar a precarização, o aligeiramento e a tecnificação, em razão da inserção verticalista do pensamento conservador dominante na Universidade, do desmonte da universidade pública e da impossibilidade de escolha dos dirigentes de forma democrática, já

anunciada pelo atual governo, embora haja manifestações de resistência da comunidade escolar. Além disso, reduções de bolsas de estudo e de apoio para a permanência do estudante na Universidade são anunciadas pelos gestores do governo atual, no ensino fundamental são proibidos pelo governo o trabalho com identidade de gênero e no ensino médio não é mais obrigatórias nas escolas públicas a oferta de disciplinas de sociologia, filosofia e arte, num ataque claro ao adensamento do pensamento e da cultura.

Por outro lado, cresce vertiginosamente o conservadorismo na sociedade brasileira, fruto de uma história que mantém velados o machismo, o racismo, a misoginia e a xenofobia, estimulados, ora de forma velada e ora de forma explícita, pelo atual governo. No próprio seio da profissão verificam-se movimentos revisionistas que reeditam um trabalho subjetivista, fragmentado e conservador, que apregoa o retorno ao Serviço Social tradicional, já superado pela categoria, além do avanço indiscriminado do ensino à distância (EAD), em condições ainda mais precárias e sem vinculação a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. (PRATES, 2015) Ressalte-se que a ABEPSS, na década de 1990 liderou a elaboração das novas Diretrizes Curriculares que orientam a formação e o trabalho do/a Assistente Social no Brasil, a partir de uma fundamentação crítica ancorada no legado marxiano e marxista, fruto de mais de 200 oficinas realizadas em todo o território nacional articulando profissionais e estudantes da área e suas instâncias organizativas.

Estudo recente realizado pelo Nepes e o Gtemp/ PUCRS para o Projeto Procad Amazônia (2019)² mostra que no Estado do Rio Grande do Sul existem 486 cursos de graduação em Serviço Social, dos quais 460 na modalidade EaD e 26 presenciais; entre esses, apenas 3 ofertados em Universidades Públicas, o restante em Universidades privadas, o que mostra o avanço avassalador do ensino privado, a partir da aprovação pelo Ministério da Educação, da modalidade à distância em nível de Graduação.

Este contexto empobrecido e egoísta, que mercantiliza sujeitos e relações acaba por frustrar as expectativas singulares e coletivas dos sujeitos trabalhadores, instigando à violência, a competição desmedida, a despreocupação com a/o outra/o, o descompromisso, a conformação com *não lugares* para a/os pobres, para a/os negra/os, para a/os indígenas e a naturalização da desigualdade. Com isso, as/os profissionais restringem suas competências ao adequado manejo de técnicas e procedimentos estabelecidos, respondendo unicamente às *demandas do mercado*.

A fragmentação sem consistência e o individualismo que dela decorre, provocam a perda de referências e sentidos, facilitando o que Giovanni Alves (2011) chama de captura da subjetividade do trabalhador. Diz o autor que a nova produção do capital busca capturar não apenas o fazer e o saber dos trabalhadores, “mas a sua disposição intelectual-afetiva construída

² O PROCAD Amazônia é um projeto de Cooperação Acadêmica, cuja pesquisa está sendo realizada no âmbito do NEPEs (Núcleo de Estudos em Políticas e Economia Social), no interior do GTEMP (Grupo de Estudos sobre Teoria Marxiana, Ensino e Políticas Públicas) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

para cooperar com a lógica da valorização” (p.111), ou seja, uma lógica cada vez mais sutil e manipulatória.

O recrudescimento da questão social tem se agravado cada vez mais na contemporaneidade e suas expressões, embora a origem seja a mesma, manifestam-se de modos variados e em grande parte ocultados pelos processos de reprodução das desigualdades de toda a ordem, condicionando um empobrecimento material e simbólico da classe trabalhadora, em especial dos segmentos mais subalternizados. O desemprego estrutural, a precarização do trabalho, a convivência contraditória entre o alto desenvolvimento tecnológico e a manutenção de mazelas como a fome, a indignância, os processos de realização, a violência, a desagregação de espaços de proteção e referência, têm ampliado e complexificado as expressões da questão social, exigindo novas formas de enfrentamento e preparação da/os trabalhadora/es, que ofertam serviços sociais e preocupam-se em garantir uma mediação teórico-crítica e ético-política, que qualifique os processos de trabalho nos quais se inserem.

Na contramão desses processos, estão os processos sociais emancipatórios implícitos no trabalho concreto e na constituição das cadeias de mediações e quanto mais amplas e diversificadas forem, mais amplas serão as possibilidades de instiga-los.

Entende-se como processos sociais emancipatórios, aqueles que conformam o processo pedagógico de participação e incluem iniciativas como a mobilização, organização, conscientização, capacitação e gestão autônoma da vida e de processos que a/os sujeitos constroem e se inserem, mesmo que limitadas pelos contextos histórico-culturais e condições de vida. Já os processos sociais subalternizadores se explicitam nas diferentes formas de exploração, subjugação, violência, manipulação, dominação, entre outras, que violam direitos e destituem iniciativas, desmoralizam e agridem, de forma velada ou explícita, sujeitos e grupos expondo-os à condição de dependência, passividade, desmoralização. (Prates, 2017).

Martinelli (1993) destaca ainda que as mediações *são categorias instrumentais*, através das quais se operacionaliza a ação profissional, a partir das quais a ação profissional ganha concretude, pois são instâncias de passagem, vias de penetração no real, expressas através do uso de instrumentos, recursos, técnicas e estratégias.

Segundo Pontes, a mediação tem papel fundamental no plano metodológico devido a sua dupla natureza, ontológica e reflexiva. “As mediações que estruturam (ontológicas) devem ser reconstruídas pela razão (reflexivas) para que seja possível uma compreensão do movimento e constituição do objeto e para orientar a intervenção (1995, p.175).

Conforme Cury a mediação deve ser ao mesmo tempo relativa ao real e ao pensamento; procura apreender o fenômeno na articulação de relações com os demais fenômenos e no conjunto das manifestações daquela realidade, da qual ele é parte, seja como fenômeno essencial ou não. As mediações abrem espaço para a concretização das teorias, tornando-se guias das ações. “...sem as mediações as teorias se tornam vazias e inertes, e, sem as teorias, as mediações se tornam cegas ou caolhas.” (1986, p.44).

O Serviço Social brasileiro a partir do amadurecimento do movimento de intenção de ruptura, do desenvolvimento de sua pós-graduação e das produções dela decorrentes conformou uma direção social crítica, que se explicita não só nas suas produções simbólicas, mas também em conquistas históricas aprovadas nos anos 1990, como a nova Lei de Regulamentação da Profissão, o novo Código de Ética Profissional e as Diretrizes da ABEPSS para a formação e o trabalho profissional. A partir desses processos, o Serviço Social explicita-se como trabalho e como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, assume que os sujeitos profissionais que conformam essa profissão sofrem, como e trabalhadoras e trabalhadores, todas as vicissitudes do mundo do trabalho e do processo de assalariamento, mas assume também, o seu compromisso de classe na luta pela democracia, pela qualidade das políticas públicas, pela defesa de direitos, pela construção de novos patamares de sociabilidade, impensáveis na sociedade capitalista.

A guisa de uma breve conclusão

Em que pesem os tempos sombrios vivenciados hoje pelas/os assistentes sociais no Brasil, a partir do golpe parlamentar de 2016, que destituiu a presidenta Dilma Rousseff e dos governos conservadores que se seguiram, é bom lembrar que essa profissão sempre cresceu na adversidade.

Durante a ditadura militar, realizou os primeiros movimentos na intenção de ruptura, nos anos 1990, apesar do avanço neoliberal, aprovou-se a nova Lei de Regulamentação da profissão, o novo Código de Ética profissional e as Diretrizes da ABEPSS, afirmando o caráter crítico, fundamentado na direção marxista, como base para a formação e o trabalho profissional.

O Serviço Social brasileiro, apesar das adversidades vivenciadas no momento presente, orienta-se por um Projeto Ético Político (PEP), reiterado sistematicamente pelas instâncias organizativas da categoria e nos principais fóruns de debate da área no Brasil, quais sejam o Congresso Brasileiro de Assistentes Social (CBAS) e o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), mostrando que se caracteriza como uma profissão de luta. As Diretrizes Curriculares da ABEPSS apontam para a formação de um perfil profissional com:

“capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a apreensão teórico-crítica do processo histórico como totalidade. Considerando a apreensão das particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social na realidade brasileira. Além da percepção das demandas e da compreensão do significado social da profissão; e o desvelamento das possibilidades de ações contidas na realidade e no exercício profissional que cumpram as competências e atribuições legais” (2014, p. 02-03).

É, portanto, fundamental que se reconheça, como o faz Lefebvre (1991), que no cotidiano como espaço contraditório, onde se materializam a vida e o trabalho, também estejam em disputa a decadência e a fecundidade, o conformismo e a atividade criadora.

Sendo assim, pensar nos processos de resistência é uma tarefa necessária e urgente, se aponta, nesse sentido, algumas pistas para reflexão a serem adensadas pelos trabalhadoras e trabalhadores da área, como a realização de fóruns de debate, espaços de realimentação simbólica, que viabilizem processos de articulação, mobilização, organização e planejamento de ações integradas e solidárias entre trabalhadoras e trabalhadores, as universidades e as organizações da categoria, tanto profissionais como estudiantis.

A politização substantiva das ações é outro aspecto a ser considerado como fundamental, todas elas, no trabalho, nas relações sociais que, diferente dos processos de inculcação, manipulação e captura da subjetividade, característicos da ideologia capitalista, se pautem na reflexão que supera a aparência, que desoculta fetiches, que articula condicionantes, que realiza a análise crítica dos dados de realidade, à luz da teoria e da totalidade.

A disputa de argumentos precisa basear-se em fundamentação consistente, sustentada por contraprovas históricas, que instiguem a dúvida especialmente daqueles que não compactuam com os projetos políticos que se defende. Plantar a dúvida pode ser um começo. Fala-se, portanto, da grande política, não da pequena, para usar uma expressão gramsciana (Coutinho, 2006). Refletir e mobilizar para uma consciência acerca da realidade, para a problematização da conjuntura, para a mediação entre universalidade e particularidades, é tão importante quanto mobilizar para manifestações, reuniões de coletivos, debates, espaços de formação formais e não formais.

Reitera-se a importância da qualidade do argumento que não pode ser superficial, mas construído a partir de mediações consistentes, o que requer leitura, pesquisa, apropriação teórica, verificação e fidedignidade de informações, antes de veiculá-las, ou seja, apropriações mais densas e fundamentadas, bem como o cuidado com a linguagem e sua decodificação para que não seja elemento de apartação, mas de efetiva comunicação.

A maior participação e o estímulo à participação da/os pares em espaços organizativos, movimentos de defesa de direitos, manifestações, atos em defesa de interesses públicos, a retomada de espaços nas bases sindicais, comunitárias, setoriais, em fóruns, conselhos, movimentos e partidos, também é outro aspecto que precisa ser considerado. Esses espaços são não só políticos, mas também pedagógicos, onde os sujeitos se capacitam, aprimoram estratégias e aprendem a valorizar o trabalho coletivo e constroem laços identitários fundamentais para a constituição da consciência de classe.

Entende-se que é também fundamental a ocupação de espaços diversos para desocultar o real, dando visibilidade as contribuições da área para esse fim, tais como encontros, reuniões, capacitações, mídia, rodas de bate papo, pois como destaca Martinelli (1993), movimentamos saberes e poderes, mas é preciso saber a serviço de quem os estamos movimentando.

Outro aspecto importante é o fortalecimento das organizações da categoria, a partir da participação direta em comissões, plenárias, grupos de estudo, da divulgação de resoluções coletivas, do acompanhamento das pautas de luta, entre outras ações. É igualmente fundamental a ampliação da parceria com outras categorias de trabalhadoras e trabalhadores, pois antes de sermos categoria profissional, somos classe trabalhadora, e por fim é importante estreitar parcerias entre a universidade e a sociedade e entre as universidades Latino Americanas para partilhar experiências e realizar estudos e planos comuns contra-hegemônicos.

Para concluir resta dizer que somos uma profissão absolutamente necessária no tempo presente, em que pesem nossas fragilidades, nossos desafios a serem superados, entre os quais a capilarização mais efetiva do que avançamos em termos de pesquisas, produção do conhecimento e de organização coletiva para o conjunto da categoria, em tempos de sobretrabalho; a luta pela materialização e defesa do nosso projeto ético-político, sempre em disputa; a luta pela manutenção de uma formação de qualidade, em tempos de universidade operacional, premida pelo produtivismo; a luta pelos direitos e pela unidade da classe trabalhadora, em tempos de avanço do conservadorismo, desvalorização e criminalização das formas de organização política e de movimentos populares, de desmonte de conquistas sociais no Brasil, na América latina e no mundo.

Em tempos tão obscuros, os desafios são muitos, mas espera-se que prevaleça sobre o conformismo o medo e a subserviência, a consciência coletiva, a desobediência civil e a criatividade revolucionária.

Referências

ABEPSS (2013): Diretrizes Curriculares da ABEPSS, Brasília, ABEPSS, Disponível em www.abepss.org.br . Acesso em agosto de 2019.

Altmann, Helena (2002): Influências do Banco Mundial no projeto Educacional Brasileiro. Revista Educação e Pesquisa. São Paulo, V.28, N 1.

Alves, Giovanni (2011): Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo, Boitempo.

Brandino, Jéssica (2019): Quais as medidas concretas de Damares como Ministra. Artigo jornalístico. Jornal Nexo, disponível em <https://www.nexojornal.com.br> , acesso em agosto de 2019.

Brasil, Governo do Brasil (2015): Educação. Brasília, 2015. www.brasil.gov.br/educacao/2015/12 acesso em abril de 2017.

Coutinho, Carlos Nelson (2006): Intervenções; O marxismo na batalha das ideias. São Paulo, Cortez.

Cury, Carlos R. Jamil (1986): Educação e contradição. São Paulo:Cortez,

Iamamoto, Marilda V. (2018): Serviço Social, "questão social" e trabalho em tempo de capital fetiche in RAICHELIS, R., VICENTE, D. ALBUQUERQUE V. (Org) *A nova morfologia do trabalho no Serviço Social*. São Paulo, Cortez.

----- **(2007):** Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo, Cortez, 2007.

IBGE, PNAD Continua 2019. <http://www.ibge.gov.br> Acesso em maio de 2019.

Lefebvre, Henri (1991): Lógica formal e lógica dialética. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Martinelli, Maria Lúcia (1993): Notas Sobre Mediações. PUCSP, Mimeo.

Marx, Karl (2010): Manifesto do Partido Comunista. São Paulo, Boitempo.

----- **(1993):** Manuscritos Económico-Filosóficos. Lisboa: Edições 70.

----- **(1989):** O Capital. 13 ed. Livro I Vol. I e II Rio de Janeiro: Bertrand.

Marx, Karl e Engels, Federico (1993): A Ideologia Alemã. 9 ed. São Paulo: Hucitec.

Pontes, Reinaldo (1995): Mediação e Serviço Social. São Paulo: Cortez.

Prates, Jane Cruz (2015): Desafios à formação e ao trabalho profissional num contexto de crise. Revista *Textos e Contextos*. EDIPUCRS Vol 14 n.1, Porto Alegre.

----- **(2017):** A conjuntura brasileira e os impasses aos processos democráticos. Revista *Textos e Contextos*. EDIPUCRS, V 16, N 2, Porto Alegre.

----- **(2019):** Trabalho profissional do assistente social: Estratégias de resistência em tempos de regressão de direitos. Revista *Textos e Contextos*(Porto Alegre) V. 18. N1. Porto Alegre, EDIPUCRS.

Raichelis, Raquel (2018): Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo in RAICHELIS, Raquel, VICENTE, Damares, ALBUQUERQUE, Valéria (org) *A nova morfologia do trabalho no Serviço Social*. Cortez, São Paulo.

Xavier, Fabiola, Prates, Jane Cruz, Garcia, Maria Lucia Texeira (2018): Brazil, a contry in mourning and struggle. *Critical and Radical Social Work*. V.6, London, 2018.

Consulta recomendada

Jane Cruz Prates, Tatiana Reidel e Thiana Orth (2020): «O trabalho do/a Assistente no Brasil: desafios político-pedagógicos diante de uma conjuntura recessiva e neoconservadora» [artículo en línea]. *Conciencia Social*. Revista digital de Trabajo Social. Vol. 3, Nro. 6. Carrera de Licenciatura en Trabajo Social. Facultad de Ciencias Sociales. UNC. pp. 142-155 [Fecha de consulta: dd/mm/aa].

<https://revistas.unc.edu.ar/index.php/ConCienciaSocial/article/view/28373>

ISSN 2591-5339

Esta obra está bajo la licencia Atribución-Compartir Igual 4.0 Internacional. La que permite compartir, copiar, distribuir, alterar, transformar, generar una obra derivada, ejecutar y comunicar públicamente la obra, siempre que: a) se cite la autoría y la fuente original de su publicación (revista, editorial y URL de la obra); b) se mantengan los mismos términos de la licencia. La licencia completa se puede consultar en: <https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>

Sobre as autoras:

Jane Cruz Prates

É assistente social, mestre e doutora em Serviço Social pela PUCRS, Pós-Doutora em Serviço Social pela PUCSP, pesquisadora produtividade 1D do CNPq, Professora e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS, Coordenadora do NEPES e líder do Grupo GTEMPPP vinculados ao PPGSS PUCRS. Contato: jprates@pucrs.br

Tatiana Reidel

É assistente social, pela Unisinos/RS, mestre e doutora em Serviço Social pela PUCRS, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, dos Cursos de Graduação e Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da UFRGS, membro do GTP Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional da ABEPSS.

Thiana Orth

É jornalista, formada pela UNISINOS/RS, especialista em Comunicação para Economia Social/FIJO e em Gestão Pública/UERGS. Mestre em Comunicação Social e doutora em Serviço Social pela PUCRS, com estágio doutoral no CES – Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra/Portugal. Atualmente realiza estágio pós-doutoral (PNPD/CAPES), atuando como pesquisadora do NEPES (Núcleo de Estudos em Políticas e Economia Social), vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS.